MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

4.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 54/72, de 15 de Fevereiro, se publica que foram autorizadas as seguintes transferências de verbas, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do mesmo diploma:

Capítulos	Artigos	Nú- meros	Alineas	Rubricas	Reforços e inscrições	Anulações	Referência à autorização ministerial
3.º				Despesas correntes Direcção-Geral dos Serviços Judiciários Direcção-Geral			
	56.º			Deslocações	50 000\$00	-\$-	(a)
4.º				Direcção-Geral dos Serviços Prisionais Cadeia do Forte de Peniche			
	398.º			Bens não duradouros:			
		1		Combustíveis e lubrificantes	134 000\$00	-\$-	(a)
		5		Outros bens não duradouros	41 752\$00	-\$-	(a)
6.º				Direcção-Geral dos Registos e do Notariado Serviços centrais			
	566.º			Vencimentos e salários:			
		1		Vencimentos:			
			1	Pessoal dos quadros aprovados por lei	-\$-	250 752\$00	(a)
7.º				Serviços médico-legais Instituto de Medicina Legal de Coimbra			
	617.º			Remunerações por serviços auxiliares	25 000\$00	-\$-	(a)
					250 752\$00	250 752\$00	

(a) Despacho de 10 de Maio de 1973. Acordo prévio de 17 de Maio de 1973.

4.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 26 de Maio de 1973. — O Chefe, *Darwin de Vasconcelos*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Direcção-Geral dos Serviços de Fomento Marítimo

Portaria n.º 443/73

de 27 de Junho

Ouvidas a Comissão Nacional para o Estudo dos Problemas de Pessoal da Marinha de Comércio e a Secção Central da Comissão Consultiva das Pescas, que emitiram pareceres favoráveis, baseados no voto unânime de todos os seus membros;

Usando da faculdade que me é conferida pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 481/70, de 16 de Outubro:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, o seguinte:

1. É acrescentado um § único ao artigo 269.º do Regulamento de Inscrição Marítima, Matrícula e Lotações dos Navios da Marinha Mercante e da Pesca,

aprovado pelo Decreto n.º 45 969, de 15 de Outubro de 1964, com a seguinte redacção:

Art. 269.º

§ único. Os enfermeiros terão a bordo alojamento e alimentação idênticos aos dos oficiais.

2. A alteração introduzida no citado Regulamento por este diploma vigorará a título experimental, e por um período de dois anos.

Ministério da Marinha, 15 de Junho de 1973. — O Ministro da Marinha, *Manuel Pereira Crespo*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos

Aviso

Por ordem superior se torna público que, segundo informação da Embaixada da Dinamarca em Lisboa,